



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

POBREZA MULTIDIMENSIONAL DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE

Autores:

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira - UNIOESTE - nadja_menezes@hotmail.com
Jandir Ferrera de Lima - UNIOESTE - jandirbr@yahoo.ca

Resumo:

A pobreza é um tema amplo, multidimensional e objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Por se tratar de um fenômeno social complexo, a pobreza não se restringe necessariamente aos níveis de renda e falta de determinados bens materiais. Os estudos empíricos sobre a pobreza trouxeram novas abordagens nas últimas décadas. Houve uma tendência às análises multidimensionais, em detrimento das unidimensionais, que priorizavam a renda familiar per capita. Nesse sentido, esse artigo analisa o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, por meio de uma abordagem multidimensional, no período de 2004 a 2015. Para tal, fora estimado o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados evidenciaram que na região Nordeste as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, pois a pobreza diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres. Também se observou que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões referentes ao acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram aquelas em que as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. Além disso, houve uma sensível diminuição na pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família do Nordeste, cujo MPI para o período de onze anos, fora reduzido em 29,65%. As dimensões relativas ao trabalho e a renda foram as que mais contribuíram para a inserção da mulher nordestina em uma condição de pobreza, e são assim, temas que exigem mais atenção do poder público.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE

Resumo: A pobreza é um tema amplo, multidimensional e objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Por se tratar de um fenômeno social complexo, a pobreza não se restringe necessariamente aos níveis de renda e falta de determinados bens materiais. Os estudos empíricos sobre a pobreza trouxeram novas abordagens nas últimas décadas. Houve uma tendência às análises multidimensionais, em detrimento das unidimensionais, que priorizavam a renda familiar per capita. Nesse sentido, esse artigo analisa o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, por meio de uma abordagem multidimensional, no período de 2004 a 2015. Para tal, foi estimado o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os resultados evidenciaram que na região Nordeste as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, pois a pobreza diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres. Também se observou que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões referentes ao acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram aquelas em que as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. Além disso, houve uma sensível diminuição na pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família do Nordeste, cujo MPI para o período de onze anos, foi reduzido em 29,65%. As dimensões relativas ao trabalho e a renda foram as que mais contribuíram para a inserção da mulher nordestina em uma condição de pobreza, e são assim, temas que exigem mais atenção do poder público.

Palavras-chave: Feminização da pobreza. Pobreza multidimensional. Nordeste. Desenvolvimento econômico.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema amplo, multidimensional e objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Por se tratar de um fenômeno social complexo, a pobreza não se restringe necessariamente aos níveis de renda e falta de determinados bens materiais. Ela também pode ser analisada por meio da negação de oportunidades socialmente aceitáveis (CODES, 2008; HELFAND et al., 2011). Além disso, a abordagem da pobreza por meio de diferentes dimensões abriu espaço para novas discussões, dentre elas, a análise de gênero.

No Brasil, a pobreza é um problema que decorre, em grande parte, da desigualdade de renda, cuja origem é histórica, e agravou-se pelo modelo de desenvolvimento econômico e pelas diferenças regionais. A evolução da pobreza no Brasil nos três últimos decênios, revelou que na década de 1980 os desequilíbrios e o baixo crescimento econômico elevaram as

desigualdades sociais e contribuíram para o aumento da incidência da pobreza. Na década de 1990, a proporção de indivíduos em condição de pobreza foi reduzida de 44% em 1992 para 34% em 1999, em todo o Brasil. Além disso, a proporção de pobres no país se manteve em um nível perto dos 34%. Os níveis de pobreza observados na década de 1980 e início da década de 1990 mantiveram-se relativamente estáveis, apresentando redução nos índices após a implementação do Plano Real. Condições econômicas e políticas públicas favoreceram a melhoria dos indicadores de pobreza do país na primeira metade da primeira década dos anos 2000, com melhorias dos índices de extrema pobreza observados desde a implementação do Plano Real. A partir do ano de 2003 a quantidade de indivíduos em situação de pobreza absoluta no Brasil diminuiu cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres reduziu-se à metade. Esse resultado também foi acompanhado por significativas melhorias na condição de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis (ROCHA, 2003; 2006; 2013; OLIVEIRA, 2014).

Na Região Nordeste, a pobreza, mensurada sob o prisma da renda, isto é, via uma perspectiva unidimensional, alcançou 35,55% da população no ano de 2009. Ao passo que sob a ótica multidimensional¹, a pobreza abrangeu cerca de 57% da população nordestina no mesmo ano. Isso demonstra que a pobreza não é um problema exclusivamente de “privação econômica”, mas de maior complexidade, pois considera fatores como as condições de vida das pessoas: educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho, condições de moradia, etc. (BARROS, 2014). Além disso, são poucos os estudos que analisam a pobreza via uma perspectiva de gênero e por meio de uma abordagem multidimensional. E os estudos realizados tendo em conta tal abordagem estão centrados em países europeus e africanos. Em um estudo realizado para a Europa, Alkire, Apablaza e Jung (2014) encontraram evidências de que as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, e não há variabilidade significativa para essa lacuna de gênero em todos os países europeus.

Vale salientar que a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de níveis maiores de pobreza entre as mulheres ou domicílios/famílias com chefia feminina. Feminização é um processo, enquanto ‘maior nível de pobreza’ é um estado. A feminização da pobreza remete à comparação entre os gêneros. Dessa maneira, há feminização da pobreza não apenas numa situação de perda de renda das mulheres, mas também numa situação em que a pobreza diminui mais entre os homens do que entre as mulheres (MEDEIROS; COSTA, 2008; NOVELLINO, 2004).

Uma vez que existem poucos estudos que analisam as diferenças entre os sexos para a literatura multidimensional da pobreza, e os poucos estudos existentes têm suas análises centradas para países europeus e africanos, e dado que os estudos sobre pobreza no Brasil estão centrados fundamentalmente na análise do agregado familiar não fazendo sua distinção de sexos, essa análise foca o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste brasileira, por meio de uma abordagem multidimensional, no período de 2004 a 2015.

¹ Para Barros (2014) a pobreza vista desde uma perspectiva multidimensional deve levar em consideração não apenas as informações sobre a renda, mas também características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem-estar dos indivíduos.

ASPECTOS CONCEITUAIS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA POBREZA NUMA ÓTICA DE GÊNERO

Os estudos sobre pobreza têm duas vertentes: *a)* relaciona a renda indispensável capaz de satisfazer exclusivamente as necessidades de caráter nutricional, denominada de linha de indigência ou de pobreza extrema; e *b)* relaciona as necessidades individuais, como saúde, educação, habitação, transporte, entre outros. Essa segunda linha, é denominada de linha de pobreza (KAGEYAMA & HOFFMANN, 2006). Duas outras linhas teóricas dos estudos da pobreza podem ser acrescentadas: a das necessidades básicas e a das capacidades. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade do indivíduo. Esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza (LOPES, MACEDO & MACHADO, 2003; DUCLOS & ARAAR, 2006).

Uma vez que na abordagem unidimensional a renda ou o consumo são entendidos como indicador exclusivo do bem-estar, em que a pobreza é percebida como insuficiência de renda ou consumo, tal concepção acaba impedindo que seja alcançado por parte do indivíduo um nível mínimo de bem-estar que seja capaz de maximizar a sua utilidade total. Assim, a concepção de pobreza, conforme essa abordagem, está relacionada ao conceito da satisfação das necessidades mínimas para a sobrevivência do indivíduo, ou seja, a necessidade mínima de nutrientes que fosse capaz de manter um indivíduo vivo. O bem-estar, dentro desta visão, seria representado pelas variáveis monetárias, sendo a pobreza identificada como insuficiência de renda ou consumo (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; ASSELIN, 2009).

De acordo com Comim e Bagolin (2002), a tendência do uso de indicadores monetários de pobreza é frequentemente justificada devido a quatro fatores principais: i) o grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações relacionadas ao estado de ser pobre; ii) indisponibilidade de outras estatísticas sociais; iii) dificuldade de ponderação e agregação de distintas dimensões sociais; e iv) necessidade de medidas homogêneas que tornem possível a comparação entre diferentes regiões ou localidades.

Por mais que o enfoque da pobreza unidimensional seja o mais difundido e, sobretudo, utilizado em maior escala para se medir o grau de pobreza dos indivíduos, via linhas de pobreza e extrema pobreza, algumas críticas são feitas pelos estudiosos dessa temática. Pois embora a renda seja uma importante ferramenta para se medir a pobreza, pode ocorrer que com uma renda mais alta o consumo de um indivíduo seja capaz de melhorar a posição de alguns de seus atributos monetários e não monetários, mas ao mesmo tempo, pode ser que não exista mercado para alguns desses atributos não monetários, como no caso de algum bem público. Também pode acontecer o caso em que os mercados são muito imperfeitos, por exemplo, no caso de racionamento (BOURGUINON; CHAKRAVARTY, 2003; RAVALLION, 1992; 1998).

Nesse sentido, utilizar a renda como indicador de bem-estar não é totalmente apropriado, por conta da paridade do poder de compra em diferentes sociedades. Assim, em alguns casos deve ser complementada com outros atributos ou variáveis, como habitação, alfabetização, expectativa de vida, provisão de bens públicos e assim por diante. O bem-estar é essencialmente multidimensional. Sob a ótica da abordagem das capacitações e funcionamentos, em que os funcionamentos lidam com o que uma pessoa pode fazer em última instância, e capacidades indicam a liberdade que uma pessoa possui em termos de funcionamentos. Por esta razão, medidas de pobreza que utilizem tão somente a renda monetária como medida de bem-estar são inapropriadas (BOURGUINON; CHAKRAVARTY, 2003).

Ao se limitar a pobreza a um indicador monetário, geralmente a renda, pode acarretar o risco de se superestimar a pobreza. Um exemplo é o que acontece nas áreas rurais em que, conforme Neder (2008), os indicadores de pobreza estritamente baseados na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o valor dos rendimentos de autoconsumo (SALAMA; DESTREMAU, 1999).

Ao mesmo tempo, o uso exclusivo de indicadores monetários de pobreza pode levar ao erro de subestimação da pobreza, pois, esta pode ser mais ampla do que pode parecer no âmbito da renda. Além do mais, a abordagem utilitarista representada pela renda não é capaz de captar o interesse geral das condições de igualdade, em razão das diversidades existentes entre os indivíduos. Restringir as desigualdades a essa dimensão negligencia outros modos de observá-la, assim como os meios para se chegar à equidade (SEN, 2000; 1980).

Centrar o debate sobre a pobreza apenas no aspecto unidimensional (monetário) é demasiado simples. Por esse ângulo, para se estudar a pobreza se faz necessário incluir a discussão com relação ao ingresso do indivíduo aos serviços básicos, sob uma ótica multidimensional. Assim sendo, duas outras linhas teóricas dos estudos da pobreza podem ser acrescentadas: a das necessidades básicas e a das capacidades. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade do indivíduo. Ao serem assim considerados, esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; DUCLOS; ARAAR, 2006).

Deve-se procurar abandonar a ideia de avaliar o bem-estar da sociedade, incluindo o bem-estar individual. Em vez disso, deve-se obedecer as regras que governam a escolha coletiva e a interação social, jugaldas contra critérios processuais como a igualdade, o acordo ou a não violação dos direitos, ou seja, sob uma perspectiva de justiça, a sociedade deveria permitir que os indivíduos atuem segundo suas próprias preferências, sem se interessar em saber o que há por trás dessas preferências (ANAND; HUNTER; SMITH, 2005).

Como resposta a esse desejo, surge uma abordagem alternativa denominada enfoque das capacidades. Proposta inicialmente pelo economista indiano Amartya Sen (1983; 1984), a

teoria das capacitações associa a pobreza às privações de necessidades básicas sofridas pelos indivíduos, na inexistência de oportunidades para se realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos, por sua vez, vão desde questões fundamentais de como estar bem nutrido, possuir uma boa saúde até questões mais complexas como ser feliz, possuir respeito próprio e participação na vida social.

As capacitações consistem na liberdade de um indivíduo para realizar combinações alternativas de funcionamentos. Para essa abordagem, a pobreza consiste na privação das capacidades básicas dos indivíduos, e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-determinado. Mais especificamente, a pobreza está relacionada à privação de liberdade das pessoas de serem capazes de eleger uma vida melhor e mais satisfatória que lhes rendam um maior bem-estar, no sentido em que lhes seja possível saber decidir o que comer a fim de poderem prover suas carências nutritivas, e o que vestir, onde morar, o acesso à saúde, à educação e à justiça, garantindo-lhes exercer inteiramente suas liberdades sociais e políticas e de serviços públicos. Por capacidade, deve-se entender como sendo o conjunto de combinações alternativas de funcionamento de possível realização. A capacidade é tida como uma forma de liberdade: liberdade substantiva no sentido de ser possível realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade de se optar por estilos de vida variados (SEN, 1983;1984; 2000).

Nessa visão, a pobreza é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade dos indivíduos no que diz respeito às escolhas em relação ao bem-estar e às maneiras de se alcançá-las. Além do mais, essa abordagem acrescenta ao entendimento da pobreza, pois evidencia qual qualidade de vida as pessoas avaliam para si (funcionamentos), sendo que essa qualidade de vida escolhida não se resume à dotação de renda que esses indivíduos possuem, mas também a outros fatores relativos à condição de vida.

Tanto a perspectiva da pobreza vista pela ótica das capacidades insatisfeitas quanto à relacionada ao baixo nível de renda estão relacionadas, posto que a renda se configura em um importante meio para a obtenção de capacidade. Dessa forma, quanto mais capacidades uma pessoa possui, maior será a propabilidade de se obter uma renda mais elevada. Porém, uma renda mais elevada não implica necessariamente uma satisfação mais elevada. Nesse sentido, tal relação é importante para a redução da pobreza de renda. O acesso a uma melhor educação básica e serviços de saúde além de elevar diretamente a qualidade de vida das pessoas também aumenta o potencial de se auferir renda e, dessa forma, livrar-se da pobreza medida pela renda (SEN, 2000).

Diante do exposto, é possível perceber que o cerne da análise da abordagem das capacidades se concentra no que as pessoas são capazes de ser e fazer, não em suas rendas e muito menos em suas possibilidades de consumo, que por sua vez representam apenas meios para se alcançar o bem-estar. A habilidade das pessoas para converter recursos em funcionamentos varia de acordo com a saúde, a presença de alguma incapacidade física, ou o gênero. A contribuição da abordagem das capacidades para a análise da pobreza consiste em melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação ao desviar a atenção dos meios (renda) para os fins que os indivíduos têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.

Nesta pesquisa, a pobreza é entendida com um fenômeno multidimensional, sem, no entanto, desprezar a importância da insuficiência de renda para a sua definição, visto que a renda é um dos meios necessários de acesso e manutenção do bem-estar. Os recursos monetários são importantes para a definição da pobreza, pois é o acesso a esses recursos que tornará possível a aquisição de produtos e serviços que também são contabilizados no bem-estar individual, assim como também o são os outros fatores não monetários. Em resumo, e como enfatizado em Sen (2000), a renda é uma condição necessária, mas não suficiente para se eliminar a condição de pobreza dos indivíduos.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A pobreza e a sua relação com homens e mulheres têm sido tratadas de forma independente, o que de certa forma explica o papel específico de cada um deles na agenda política e nas pesquisas científicas. O desenvolvimento teórico de ambos os conceitos ao longo do tempo tem sido notável. Como visto na seção anterior, embora a definição mais frequente se refira à carência de renda, vários outros enfoques surgiram com relação a sua conceituação. A pobreza vista desde uma perspectiva de gênero delineia que as mulheres apresentam um nível de pobreza mais intenso que os homens em decorrência da discriminação de gênero (ARRIAGADA, 2005).

A conceituação sobre a pobreza muitas vezes negligencia as diferenças existentes entre homens e mulheres em termos de acesso à renda, recursos e serviços. Tais diferenças podem ocorrer dentro dos agregados familiares entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, isto é, entre homens solteiros e mulheres solteiras, ou entre famílias chefiadas por mulheres em uma desvantagem em relação às famílias chefiadas por homens. Há também diferenças com base no sexo, no que diz respeito a vulnerabilidades como doença e violência (WARATTEN, 1995).

A ideia de que as mulheres são mais pobres do que os homens deu origem ao conceito de "feminização da pobreza". Esta ideia tornou-se popular tanto na definição e análises da pobreza como nas estratégias de sua redução. Assim, o foco nas mulheres tornou-se um veículo para a redução da pobreza sensível ao gênero. As mulheres pobres tornaram-se explicitamente o foco da formulação de políticas, por exemplo, nas áreas de programas de microcrédito e atividades de geração de renda (CAGATAY, 1998).

O conceito de feminização da pobreza aparece primeiramente no estudo da americana Diane Pearce (1978), intitulado: *The feminization of poverty: Women, work, and welfare*. Esse trabalho tinha como foco principal a descrição, em termos estatísticos, no que se referia ao aumento de lares chefiados por mulheres nos Estados Unidos, que passaram de 10,1% em 1950 para 14% no ano de 1976, ou seja, um aumento de quase 40% (38,6%), e a sua correlação com a deterioração das condições de vida dessas chefes de família em termos de pobreza medida pela renda. Pearce (1978) reconhece que, evidentemente, existem mulheres pobres, porque essas vivem em domicílios chefiados por homens que são pobres, de tal modo sua análise centrou-se nas mulheres "que são pobres porque são mulheres". Ou seja, a autora

investiga quais são as consequências econômicas de se ser mulher, sem contar com o apoio de um cônjuge, e que acabam por conduzir a uma situação de pobreza.

Para Cagatay (1998), o fenômeno da feminização da pobreza significa uma ou a combinação das seguintes constatações: i) as mulheres comparadas aos homens têm uma maior incidência de pobreza; ii) a pobreza das mulheres é mais grave do que a dos homens; e ii) ao longo do tempo, a incidência de pobreza entre as mulheres está aumentando em relação a incidência entre os homens.

Especialmente a partir de 1980 são intensificadas as análises sobre a relação entre gênero e pobreza. A maioria dos trabalhos, sobretudo os aplicados aos países subdesenvolvidos, demonstraram um aumento do número de mulheres pobres proporcionalmente ao número observado para os homens. A partir da década de 1990, a “feminização da pobreza” se estende com mais intensidade no léxico do desenvolvimento e políticas sociais a nível global, circulando no discurso e como requisito de financiamento de diversos organismos internacionais. A exemplo, o Banco Mundial, ao analisar as políticas destinadas ao combate das desigualdades de gênero, através do seu relatório intitulado *Toward Gender Equality*, propôs abertamente que as políticas públicas focassem nas mulheres no que diz respeito à educação, saúde, serviço de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda (AGUILAR, 2011; FARAH, 2004; GODOY, 2004).

Bianchi (1999) considera que a feminização da pobreza deve ser analisada via taxas de pobreza ao longo do tempo. Deve-se analisar além da proporção de mulheres entre os pobres, a razão entre a proporção de mulheres pobres e a proporção de homens pobres. Assim, a feminização da pobreza deve ser entendida como o risco relativo da mulher estar na pobreza em relação ao homem.

Para Novellino (2004), a demarcação da feminização da pobreza inicia quando a mulher, sem cônjuge ou companheiro, passa a ser responsável pelo sustento da família, tornando-se provedora do seu sustento e dos seus filhos. Conforme a autora, a chefia domiciliar por parte das mulheres configura em um dos indicadores de pobreza que aflige um grande número de mulheres. Tal afirmação se fundamenta nas seguintes realidades: i) há uma tendência das mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, optarem por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário; ii) há discriminação salarial, isto é, em média os salários recebidos pelas mulheres são inferiores aos recebidos pelos homens; iii) as ocupações das mulheres estão mais concentradas em atividades que exigem menor qualificação e para as quais os salários pagos são mais baixos; e iv) há uma maior participação feminina nos níveis mais baixos da economia informal.

Não há um consenso, tampouco clareza, acerca do significado da feminização da pobreza ou se essa pode ser empiricamente observada. A feminização da pobreza tem sido associada em primeiro lugar à percepção da proporção de famílias chefiadas por mulheres (FCMs), e em segundo lugar ao aumento da participação feminina em atividades informais do setor urbano de baixo retorno. Desse modo, o conceito de feminização da pobreza tem sido usado para dar significado a proposições distintas. A primeira é que as mulheres possuem uma maior incidência de pobreza do que os homens; a segunda que a pobreza feminina é mais

severa do que a dos homens; e a terceira que há uma tendência para maior pobreza entre as mulheres, particularmente associada com o aumento das taxas de FCMs (BRIDGE, 2001).

Vale observar que a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de graus mais altos de pobreza entre as mulheres e famílias chefiadas por mulheres, entretanto deve ser entendida através da mudança no perfil da pobreza, possuindo assim uma dimensão temporal. Portanto, o processo de feminização da pobreza está relacionado ao aumento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo. Não obstante, quando se faz uma análise apenas em certo momento, tendo em vista identificar a existência de uma disposição maior de as mulheres ou de os domicílios chefiados por mulheres serem pobres, fala-se sobre representação feminina na pobreza. O referido conceito faz alusão à comprovação de uma maior pobreza em meio as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um ponto específico no tempo (COSTA et al., 2005).

Todavia, independentemente do tipo de análise que se é realizada, se ao longo do tempo ou em um ponto específico deste, o mais importante é a verificação do fenômeno e a identificação das suas causas. Dessa forma, como destacado por Shadpour (2013), ao minimizar a pobreza feminina, diretamente se reduz a condição de pobreza das crianças, tendo em vista que boa parte das famílias monoparentais é chefiada por mulheres, as quais, na média, possuem patrimônios inferiores do que as famílias chefiadas pelos homens.

A perspectiva de gênero aponta ao mesmo tempo uma perspectiva multidimensional, pois se consideram os múltiplos papéis que desempenham homens e mulheres na família, no mercado de trabalho e na sociedade (CLERT, 1998). Assim, estudar a pobreza da mulher via uma perspectiva multidimensional colabora no sentido de melhor compreender quais fatores, além da renda, causam tal fenômeno, além de indicar a quais desses fatores as políticas públicas de combate à pobreza devem direcionar as suas ações.

A compreensão do fenômeno da pobreza no feminino requer a adoção de um conceito multidimensional de pobreza, que ultrapasse a mera dimensão monetária, bem como a combinação de metodologias complementares - quantitativas e qualitativas - que possibilitem mensurar a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza, abranger os procedimentos complexos que constituem as desigualdades e a vulnerabilidade do gênero feminino, assim como analisar a privação objetiva e subjetiva de bem-estar (PEREIRINHA, 2008).

Frente ao exposto, cabe mais uma vez ressaltar a importância de se estudar o referido problema por meio de uma abordagem multidimensional de forma a contribuir com o melhor entendimento do processo da pobreza feminina, visto que o estudo da pobreza através de uma perspectiva de gênero possibilita o entendimento de uma série de processos compreendidos nesse fenômeno, suas dinâmicas e características em determinados contextos, que explicam que certos grupos, em razão do seu sexo, estão mais propensos e expostos a uma situação de pobreza.

Nesta pesquisa será adotado o conceito de feminização da pobreza que ocorre quando a pobreza que aflige as mulheres se reduz menos em comparação ao homem, independentemente da presença do cônjuge ou companheiro na unidade familiar, visto que se entende que tal fenômeno é um processo no qual as carências implícitas no conceito multidimensional de pobreza se tornam mais comuns ou intensas entre as mulheres ou nos

lares por elas chefiados.

Antes de entrarmos propriamente no grupo proposto para a análise, mulheres chefes de família do Brasil e da região Nordeste, entende-se ser oportuno traçar um perfil no sentido de melhor compreender quem são essas mulheres. Com essa finalidade, a Tabela 1 mostra algumas estatísticas para o Brasil e Nordeste sobre o perfil das mulheres que são chefes de família com base nos dados da PNAD referente ao ano de 2015. O que inicialmente chama a atenção é que, em relação ao número de mulheres chefes de família, tanto no Brasil quanto no Nordeste, os homens nessa situação constituem a maioria.

No que diz respeito à situação censitária, em sua maioria mulheres e homens chefes de família do Brasil e da Região Nordeste estão domiciliados na zona urbana. As mulheres são a maioria dessa área, correspondendo a 91,11% das chefes brasileiras e a 82,10% das nordestinas. Isso corrobora o que foi evidenciado por Barroso (1978), ao constatar que a chefia feminina familiar era um fenômeno majoritariamente urbano, que poderia ser explicado pelas relações de trabalho no campo que, por serem menos diferenciadas, tornavam ainda mais complicada a sobrevivência de famílias não chefiadas por homens adultos.

Tabela 1- Perfil das mulheres chefes de família do Brasil e do Nordeste (2015)

Descrição das Variáveis		Brasil				Nordeste			
		Mulher		Homem		Mulher		Homem	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Contingente	Pessoa de referência	29.088.037	40,58	42.588.302	59,42	8.153.581	42,93	10.838.299	57,07
Situação censitária	Urbana	26.503.389	91,11	34.643.785	82,06	6.694.194	82,10	7.463.877	68,87
	Rural	2.584.648	8,89	7.637.357	17,93	1.459.387	17,89	3.374.422	31,13
Idade	10 a 17	151.245	0,52	76.516	0,18	55.151	0,68	30.920	0,29
	18-30	4.059.923	13,96	5.836.730	13,71	1.252.699	15,36	1.698.455	15,67
	31-45	8.305.261	28,55	14.203.106	33,35	2.390.699	29,32	3.618.942	33,39
	46-54	5.174.312	17,79	8.262.380	19,40	1.407.154	17,26	2.006.180	18,51
	55 ou mais	11.397.296	39,18	14.209.570	33,36	3.047.878	37,38	3.355.930	30,96
Cor	Branca	12.911.446	44,39	19.425.127	45,61	2.029.713	24,89	2.653.557	24,48
	Preta	3.279.321	11,27	4.166.486	9,78	1.176.239	14,43	1.376.863	12,7
	Amarela	161.648	0,56	231.319	0,54	17.789	0,22	13.289	0,12
	Parda	12.625.089	43,40	18.599.574	43,67	4.895.247	60,04	6.739.818	62,19
	Indígena	109.385	0,38	165.796	0,39	34.593	0,42	54.772	0,51
Estado civil	Casada (o)	1.716.789	7,26	2.226.684	11,03	666.765	9,78	696.632	11,7
	Desquitada / separada (o)	930.704	3,94	618.234	3,06	184.246	2,7	111.264	1,87
	Divorciada (o)	3.534.669	14,94	2.132.359	10,57	663.758	9,74	381.471	6,41
	Viúva (o)	6.362.139	26,9	1.596.103	7,91	1.553.428	22,79	427.518	7,18
	Solteira (o)	11.107.449	46,96	13.609.547	67,43	3.748.497	54,99	4.336.153	72,84
Mora com cônjuge	Sim	10.173.646	34,98	34.526.035	81,07	2.870.294	35,2	8.826.367	81,44
	Não, já viveu antes	15.809.618	54,35	5.754.691	13,51	4.421.706	54,23	1.484.979	13,7
	Não, nunca viveu	3.104.773	10,67	2.307.576	5,42	861.581	10,57	526.953	4,86
Teve filho nascido vivo até a data de referência	Sim	24.984.835	85,89	-	-	7.198.364	88,28	-	-
	Não	4.103.202	14,11	-	-	955.217	11,72	-	-
Número de componentes na família	1 a 3	22.198.904	76,32	28.744.617	67,49	5.962.021	73,12	6.992.589	64,53
	4 a 6	6.546.927	22,51	13.277.673	31,18	2.060.827	25,27	3.626.863	33,46
	7 a 9	317.186	1,09	532.132	1,25	120.705	1,48	201.582	1,86
	10 ou mais	25.020	0,09	33.880	0,08	3.343	0,12	17.265	0,16

Rendimento mensal do trabalho principal (média)	R\$ 1.523,93	R\$ 2.188,99	R\$ 981,75	R\$ 1.290,84					
Rendimento mensal de todos os trabalhos (média)	R\$ 1.581,86	R\$ 2.254,00	R\$ 1.027,89	R\$ 1.349,57					
Renda familiar <i>per capita</i>	Até 1 SM	16.093.411	55,33	21.600.916	50,72	6.062.057	75,17	7.744.967	72,53
	Mais de 1 SM até 2 SM	7.415.974	25,49	11.872.479	27,88	1.367.032	16,95	1.956.465	18,32
	Mais de 2 SM até 4 SM	3.136.161	10,78	5.513.318	12,95	411.872	5,11	645.804	6,05
	Mais de 4 SM até 6 SM	850.528	2,92	1.394.862	3,28	117.853	1,46	162.025	1,52
	Mais de 6 SM	936.707	3,22	1630748	3,83	105.849	1,31	169.096	1,58
Carteira assinada	Sim	5.351.523	61,71	12.747.851	74,53	906.041	46,75	2.169.870	57,84
	Não	3.320.614	38,29	4.356.299	25,47	1.032.095	53,25	1.581.417	42,16
Contribui para a previdência	Sim	8.931.870	61,91	20.196.444	62,00	1.757.438	46,66	3.504.707	42,64
	Não	5.495.744	38,09	12.376.068	38,00	2.008.721	53,34	4.713.995	57,36

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2015).

Quando se trata da zona rural, os homens são maioria tanto no Brasil como na Região Nordeste, representando 17,93% e 31,13%, respectivamente. No que se refere à idade, no Brasil ambos os sexos possuem idade média de 55 anos ou mais. No entanto, para as mulheres, o percentual nessa faixa etária foi maior. Elas foram menos numerosas, ainda assim, mais idosas. Na Região Nordeste as mulheres se concentravam em sua maioria na faixa etária dos 55 anos de idade ou mais. Já os homens pertenciam, em sua maioria, à faixa etária dos 31 a 45 anos. Nesse sentido, Barros, Fox e Mendonça (1994) já evidenciavam que as mulheres chefes de família tendiam a ser mais velhas que os homens chefes.

Quando considerada a cor declarada pelos chefes de família brasileiros de ambos os sexos, branca e parda eram as cores declaradas. Em sua maioria as chefes brasileiras declararam ter cor branca (44,39%) e parda (45,61%), assim como os homens dos quais 45,61% se consideravam brancos e 43,67 se percebiam pardos. Já as mulheres e os homens chefes de família do Nordeste declararam em sua maioria possuir a cor, ou pertencer a etnia parda 60,04% e 62,19%, respectivamente.

Para o Brasil, no que diz respeito ao estado civil das mulheres chefes de família, em sua maioria essas mulheres ou eram solteiras (46,96%) ou viúvas (26,90%). Já os homens eram majoritariamente solteiros, aproximadamente 67,43% desses. Em sua maioria, essas mulheres não viviam em companhia do cônjuge ou companheiro na época da pesquisa, mas já viveram anteriormente (54,35%). Em contrapartida, os homens chefes de família em sua maioria viviam em companhia de cônjuge ou companheira (81,07%). No que diz respeito à fecundidade, a maioria dessas mulheres chefes de família declararam ter tido filho nascido vivo até a data de referência (85,99%).

Já a realidade apresentada para o Nordeste mostrava que mais da metade das mulheres (54,99%) e dos homens (72,84%) chefes de família eram solteiros. Maior parte dessas mulheres não viviam em companhia do cônjuge ou companheiro na época da pesquisa, mas já viveram anteriormente (54,23%), indicando que mais da metade das famílias chefiadas por mulheres dessa Região são monoparentais, o que prova que de fato, a família chefiada por mulher continua tendo como ponto central para sua identificação a ausência de um

companheiro, ou melhor, da figura masculina. Em contrapartida, os homens chefes de família em sua maioria viviam em companhia de cônjuge ou companheira (81,44%).

A ausência do cônjuge ou companheiro no ambiente familiar indica que as mulheres podem estar em situação de maior vulnerabilidade social pois não possuem em suas residências uma rede primária de proteção e geração de renda que é a família. Esse dado também pode sugerir que a mulher pode ter sido reconhecida como chefe pela ausência de um homem na família, realidade que contribui e acentua a vulnerabilidade à pobreza da mulher, pois na condição de exclusiva mantenedora do lar ao tornarem-se chefes de família essa vulnerabilidade se agrava. Assim, muitas destas famílias estavam sob responsabilidade feminina, não por opção das mulheres, mas devido ao abandono do lar pelo cônjuge, o que pode acarretar conseqüências substanciais para a sobrevivência das famílias, dado que poderiam ter a desvantagem de contar com um adulto provedor a menos e, portanto, poderiam estar mais vulneráveis à pobreza.

No quesito fecundidade, a maioria dessas mulheres declararam ter tido filho nascido vivo até a data de referência (88,28%). O que evidencia a vulnerabilidade da mulher nesse quesito, pois durante o período de gravidez, na infância dos seus filhos e na velhice, as mulheres costumam encontrar menores oportunidades no que diz respeito à geração de renda. Vários estudos (Cruces, Galiani, 2003; Pazello, 2006 e Souza, Rios-Neto, Queiroz, 2011; Budig, England, 2001; Pazello, Fernandes, 2004; Veneroso, 2012) evidenciaram que a presença de filhos possui relação negativa com a participação das mulheres no mercado de trabalho e como um dos principais fatores que explicam a menor remuneração recebida pelas mulheres em comparação aos homens.

Conforme Biroli (2018), ter filhos impacta de maneira desigual o exercício do trabalho formal por mulheres e homens uma vez que o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos também são repartidos de maneira desigual entre os sexos, ainda quando tanto o pai quanto a mãe trabalham em período integral. Segundo a autora, existe um problema de fundo: a lógica predominante na organização das relações de trabalho ser antagônica ao cuidado. Assim, quem está na posição de cuidar tem que responder a exigências que se chocam. E, dada a divisão sexual do trabalho, o cuidado fica a cargo das mulheres. Isso explica o fato de que mesmo tendo, em média, níveis educacionais superiores aos dos homens, as mulheres se mantêm pior remuneradas. Logo, nessa lógica de mercado, está em vantagem quem pode ser 'liberado' do cuidado. O mercado premia essa 'disponibilidade'.

Com relação ao tamanho das famílias, observou-se que, independentemente do sexo do chefe dessas famílias, mulheres (76,32%) ou homens (67,49%), a maior parte era formada por um total de um a três membros. A mesma realidade se apresentou no Nordeste, em que famílias chefiadas tanto por mulheres quanto por homens eram compostas por um a três membros, 73,12% e 64,53%, respectivamente.

A chefe de família da região Nordeste apresentou a menor média de rendimento mensal do trabalho principal (R\$ 981,75) em comparação aos chefes de família brasileiros e em relação ao homem chefe de família do Nordeste. A média do rendimento mensal do trabalho principal da mulher nordestina ficou abaixo da média brasileira, que de acordo com os dados da PNAD do ano de 2015 correspondeu a R\$ 1.984,42. Com relação à média do

rendimento mensal de todos os trabalhos, a mesma realidade foi observada para a mulher chefe de família do Nordeste (R\$ 1.027,89), ficou abaixo da média nacional do ano de 2015 (R\$ 2.047,24) e conseqüentemente abaixo da média observada para homens e mulheres chefes de família no Brasil e para o homem chefe de família nordestino.

Para os chefes de famílias femininos e masculinos do Brasil, a renda mensal familiar *per capita* se encontrava na faixa de até 1 salário mínimo, 55,33% quando essas chefes de família eram mulheres e 50,72% quando homens. Na região Nordeste essa proporção era relativamente maior, pois a renda familiar *per capita* era de até 1 salário mínimo para 75,17% das famílias chefiadas por mulher e para 72,53% das famílias que tinham o homem como o seu arrimo.

No tocante à formalidade no mercado de trabalho brasileiro, mais da metade dessas mulheres trabalhavam com carteira assinada (61,71%), no entanto ainda 38,29% dessas trabalhavam na informalidade, isto é, não tinham carteira de trabalho assinada. Apesar de 25,47% dos homens chefes de família trabalharem sem carteira assinada, a formalidade laboral para eles ainda é melhor do que a situação feminina, dado que aproximadamente 74,53% deles trabalhavam com carteira assinada em 2015. No Nordeste, cerca de 53,25% das mulheres não tinham carteira de trabalho assinada, ao contrário dos homens chefes de família dessa região dos quais 57,84% possuíam carteira assinada. Apesar da formalidade laboral masculina ser superior à feminina nessa região, em relação ao Brasil, os chefes de família do Nordeste enfrentam maior vulnerabilidade nesse quesito.

Com relação à contribuição previdenciária para os chefes de família brasileiros, em sua maioria tanto mulheres quanto homens contribuíam para a previdência, sendo 61,91% e 62,00%, respectivamente. O oposto ocorre com os chefes de família da região Nordeste, pois a maioria não contribui para a previdência, 53,34% e 57,36%, respectivamente. Tal resultado sugere que um alto percentual de chefes de família dessa Região estão empregados na informalidade e sob condições precárias de trabalho, implicando que mais da metade desses chefes serão privados, ou não terão o direito a receber esse benefício no futuro.

METODOLOGIA

Os dados utilizados no presente estudo para e atender os objetivos específicos são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)², realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte espacial empregado foi a Região Nordeste brasileira, o período empregado na análise foi o de 2004³ a 2015, pois vários autores, dentre os quais Barros Henriques e Mendonça (2001), Rocha (2003; 2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Bagolin e Ávila (2006) e Neder (2008) evidenciaram a redução da pobreza nesse período. Apartir dos dados fornecidos pela PNAD e da metodologia proposta por Alkire e Foster (2011) e Alkire e Santos (2010), fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias

² Optou-se por utilizar os dados fornecidos pela PNAD devido a questões de periodicidade, uma vez que se fosse utilizada outra base de dados, por exemplo, o Censo que produz informações decenais, esse possui uma defasagem de 6 anos, visto que o último Censo foi realizado no ano de 2010.

* A expansão da amostra se deu através da variável V4729 "peso da pessoa".

³ O recorte temporal é iniciado no ano de 2004, pois é a partir desse ano que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio considera em seu cômputo a zona rural da Região Norte do Brasil.

ao modelo original, foi construído o MPI para as famílias chefiadas por mulher na Região Nordeste.

Conforme Alkire e Foster (2011), a primeira etapa que deve ser realizado para compor o MPI consiste na escolha da unidade de análise, que pode ser uma determinada região, um domicílio, ou até mesmo um indivíduo. Em seguida deve-se realizar as escolhas das dimensões e de seus respectivos indicadores (variáveis).

Uma etapa igualmente importante consiste em definir a primeira linha de corte, devendo esta ser especificada para cada indicador, com a maior clareza possível, de modo que seja fácil identificar os indivíduos, ou unidades, que se encontrem ou não em uma situação de pobreza. Nesse caso, o MPI identifica os indivíduos em situação de pobreza levando em consideração dois pontos de corte, ou linhas de pobreza. O primeiro ponto de corte ocorre ao se definir Y como uma matriz ($n \times d$) em que n representa o número de unidades básicas sob análise ao passo que d representa o número de dimensões do índice. A observação típica de Y , $y_{ij} \geq 0$, corresponde ao desempenho do indivíduo i , ou seja, é a realização da unidade i no que se refere à dimensão j .

Tal realização corresponderá ao quanto do objetivo relacionado à dimensão j a unidade i consegue alcançar. Por exemplo, sendo j um indicador que se refere ao acesso ao conhecimento e a unidade i ao indivíduo, então uma provável medida de realização pode ser relacionada ao fato do indivíduo saber ou não ler e escrever, tal indivíduo será considerado privado (P) se não souber ler e escrever e não privado (NP) se souber ler e escrever.

Nesse caso, a unidade i será privada (P) em determinada dimensão, se, e somente se, $y_{ij} < z_j$. Em que $z_j > 0$ representa a linha de corte sob a qual se considera que um indivíduo sofre privações na dimensão j , em outras palavras, representa o ponto de corte no processo de identificação da pobreza, de modo que z representa um vetor de dimensão ($1 \times d$) com todas as linhas de corte para todas as dimensões. Do mesmo modo, c representa um vetor de dimensão $n \times 1$ tal que cada elemento c_i corresponde à quantidade de privações enfrentadas pela unidade i .

A segunda linha de corte (k) para a identificação de indivíduos em situação de pobreza é dado por $0 < k < d$, em que a unidade i é considerada em condição de pobreza se, e somente se, $c_i \geq k$. Nesse caso, o parâmetro k servirá para medir a pobreza extrema. Em uma situação de $k = d$, apenas serão considerados pobres aquelas unidades privadas em todas as dimensões, ao passo que, um $k = 1$ identifica como pobre qualquer unidade privada em apenas uma dimensão. Ou seja, a segunda linha de corte determina em quantos indicadores um indivíduo terá de ser privado para que seja considerado multidimensionalmente pobre.

No caso em que se deseje hierarquizar as dimensões do índice de pobreza multidimensional, basta atribuir pesos w_j a cada uma das dimensões que compõem o MPI, tal que o $\sum_j^d w_j = 1$, de modo que cada elemento c_i passaria a constituir uma soma ponderada das privações.

Contudo, identificar quais unidades estão inseridas em uma situação de pobreza não constitui em si um índice propriamente dito de pobreza multidimensional que possa ser aplicado a distintos níveis regionais/demográficos. Diante dessa realidade, Alkire e Foster (2011) elaboraram um índice capaz de comparar a ocorrência de pobreza entre as regiões. Os autores partiram da forma mais intuitiva de se fazer tal agregação, denominada *count ratio*, ou cálculo percentual das unidades em situação de pobreza, representada pela razão entre o número de indivíduos em situação de pobreza, ou seja, que são privadas em um ou mais indicadores k , e o número total de unidades em situação de pobreza em uma dada região, denominando essa medida por H , apresentada na especificação que se segue:

$$H = \frac{\text{número de unidades pobres}}{\text{número total de unidades na região}} = q/n \quad (1)$$

Em que q representa o número total de unidades pobres.

No entanto, conforme Alkire e Foster (2011), a medida H viola o axioma da monotonicidade dimensional, uma vez que quando um indivíduo em situação de pobreza se torna privado em uma dimensão adicional, a medida H não aumenta. A solução para esse problema encontrada por esses autores consiste em calcular a privação média entre os indivíduos em situação de pobreza. Dessa forma, é definido um vetor de privações apenas entre os indivíduos em situação de pobreza $c(k)$ em que cada entrada desse vetor, $c_i(k)$, tem valor igual a zero para unidades não pobres e valor igual a c_i , que representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, para unidades em condição de pobreza.

Desse modo, é possível calcular o hiato da pobreza média, dado pela soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza.

A privação média das unidades em situação de pobreza é dada pela seguinte especificação:

$$A = \sum_i c_i(k) / qd \quad (2)$$

Em que c_i representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, qd representa o número total de unidades pobres por dimensão.

Assim, o índice multidimensional de pobreza, dado pela medida M_0 , pode ser calculado por meio do produto entre as medidas H e A , como pode ser visualizado na expressão que se segue:

$$M_0 = H \times A \quad (3)$$

Em que M_0 representa o *headcount ratio* ajustado (cálculo da incidência ajustada), dado pela previsão média entre as unidades em situação de pobreza.

O MPI também pode ser desmembrado em dimensões. Para tal, divide-se o M_0 para cada subgrupo da população a ser analisada, podendo se analisar a contribuição de cada dimensão ou indicador para a pobreza geral. A medida A (soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza) é dividida pelas unidades em condição de pobreza na dimensão j , o que resulta em A_j . No entanto, $A_j \times H$ leva a M_{0j} , ou seja, leva a dimensão ajustada que indica a participação da dimensão j na pobreza total.

Os pesos dados às dimensões e aos componentes do MPI (M_0) para essa pesquisa serão considerados simétricos, isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de pobreza para cada unidade analisada se situe entre 0 e 1. Nessa margem, a variabilidade igual a 0 da incidência de pobreza corresponde àquelas unidades sem qualquer traço de pobreza, ao passo que a variabilidade da incidência de pobreza igual a 1 diz respeito às unidades absolutamente pobres.

Para esta pesquisa, o MPI foi dividido em sete dimensões de pobreza, avaliadas com base nas informações da PNAD e sintetizadas no indicador multidimensional, a saber: i) vulnerabilidade familiar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) uso do tempo; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens. Cada uma dessas dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que as unidades sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, e, por outra parte a consecução de fins, ou seja, a efetiva satisfação de tais necessidades.

Conforme a metodologia proposta por Alkire e Foster (2011), a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) usada nesta pesquisa tem como parâmetro as informações básicas contidas no questionário da PNAD para cada ano do período que se pretende analisar, 2004 a 2015. Dada a sua linearidade, utilizada tanto na agregação da pobreza de diversas famílias como na agregação das dimensões relativas à pobreza, o MPI permite que se obtenha o grau de incidência de pobreza de toda a população com relação a cada uma de suas dimensões.

As dimensões que compõem o MPI são sete, no entanto, elas se desdobram em componentes, que totalizam 27; e os indicadores, ou variáveis que são 37. A análise volta-se à unidade domiciliar, mais especificamente para a(s) família(s), para a(s) qual(is) são atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e ainda para todas as dimensões.

O peso atribuído para variáveis de diferentes componentes não é o mesmo, uma vez que tanto o número de componentes por dimensão como o número de variáveis por componentes variam. Entretanto, a ponderação foi normalizada⁴ de tal modo a possibilitar a variação do grau de pobreza de cada família entre 0 (para as famílias sem qualquer traço de pobreza) e 1 (para as famílias absolutamente pobres).

⁴ O peso atribuído para cada uma das 37 variáveis utilizadas para compor o MPI foi idêntico, sendo esse peso calculado por $w=1/37$.

As sete dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los. Os componentes que definem as sete dimensões de análise, bem como os indicadores e as suas linhas de corte que definem se a unidade analisada se encontra em uma situação de pobreza ou não (APÊNDICE).

A primeira linha de corte utilizada para compor o MPI define se a unidade de análise investigada, nesse caso, as mulheres e homens chefes de família da Região Nordeste, é privada (P) ou não privada (NP) para cada uma das 37 variáveis das 7 dimensões consideradas no cálculo do MPI. Por exemplo, se na sétima dimensão “acesso a bens duráveis”, no indicador “o domicílio possui geladeira”, essa chefe de família será considerada privada (P) caso não possua esse bem, e não privada (NP) se possuir referido bem em seu domicílio.

Assim, a segunda linha de corte (k) determinará o número de privações que as mulheres e homens chefes de família do Brasil e Nordeste necessitam apresentar para serem enquadradas em uma situação de pobreza. Seguindo as recomendações de Alkire e Foster (2011), o k escolhido como segunda linha de corte é $k = 12$, equivalente a 1/3 do total de variáveis que serão utilizadas na construção do MPI.

Na dimensão 1, estão presentes os componentes, assim como os respectivos indicadores que tratam da ausência de vulnerabilidade familiar, que pode ser entendida como o montante adicional requerido pela família para satisfazer suas necessidades essenciais, com respeito ao que seria requerido por uma família-padrão. A vulnerabilidade familiar pode ser diferenciada entre três componentes: atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; e dependência econômica. Algumas considerações devem ser feitas com relação à definição de alguns componentes utilizados na construção dos indicadores da dimensão em questão. Neste trabalho são consideradas crianças os indivíduos dentro do recorte etário de 0 a 9 anos; criança e adolescente de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos ou indivíduos com idade de 60 anos ou mais.

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é composta por três componentes: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional, e por seis indicadores, ausência de adulto analfabeto, ausência de adulto analfabeto funcional, presença de pelo menos um adulto com fundamental completo, presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo, presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior, presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta. Para essa dimensão são considerados adultos os indivíduos com idade entre 25 e 59 anos.

A partir de 1990 o IBGE passa a divulgar índices de analfabetismo funcional, adotando o critério de não auto-avaliação dos entrevistados, mas sim o número de séries escolares concluídas. Considerando que é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, até mesmo a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. No que diz respeito ao analfabetismo funcional passou a ser adotado o critério de que é analfabeto funcional o indivíduo com menos de quatro anos de estudo. Desse modo, com relação à alfabetização na presente pesquisa, será considerado adulto analfabeto aquele que não sabe ler e escrever e adulto analfabeto funcional, aquele com menos de 4 anos de estudo.

O acesso ao trabalho e renda impacta diretamente na constituição ou não de privações que caracterizam a pobreza. Assim, na dimensão 3, acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que possui, são destacados: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração. Para essa dimensão são considerados membros em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais de idade.

A disponibilidade de recursos representa a quarta dimensão que compõe o MPI, essa dimensão é formada por três componentes e três indicadores, estes últimos são: renda familiar *per capita* superior à linha da extrema pobreza, renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e maior parte da renda familiar não advém de transferências. Para esse último componente vale destacar que na PNAD as informações referentes as transferências são captadas por meio da variável V1273, a qual considera os juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que recebia, normalmente, no mês de referência. Assim, além das transferências oriundas de programas sociais, também são consideradas outras formas de transferência de renda, sejam elas públicas ou privadas.

Embora o foco do presente estudo seja a análise da pobreza das famílias nordestinas com chefia feminina por meio da ótica multidimensional, que tem por base as abordagens das necessidades básicas e das capacitações, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 4, as linhas de pobreza utilizadas para medir a pobreza multidimensional dos domicílios com chefia feminina na Região Nordeste brasileira no período de 2004 a 2015 correspondem a $\frac{1}{2}$ salário mínimo para cada ano vigente. Já as linhas de extrema pobreza são representadas por $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em cada ano analisado.

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Ele parece muito mais importante no caso das mulheres uma vez que parte importante do seu trabalho (trabalho reprodutivo) não é valorizado em termos monetários, mas pode ser medido em termos de tempo. Assim, a quinta dimensão, uso do tempo, pretende medir o tempo disponível dos chefes de família dos domicílios com relação as horas dedicadas ao trabalho produtivo e doméstico, bem como as horas com o percurso de deslocamento ao local de trabalho. A sexta dimensão que integra o indicador multidimensional de pobreza é composta de oito componentes: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso à energia elétrica, acesso a saneamento, acesso à coleta de lixo, acesso à internet.

A sétima e última dimensão diz respeito ao consumo de bens e é composta por quatro componentes: acesso a fogão, acesso à geladeira, acesso à máquina de lavar roupas e acesso a microcomputador. Nessa dimensão, a escolha de seus indicadores se justifica pela relevância que possuem em especial às questões relacionadas com a alimentação, como é o caso dos eletrodomésticos fogão e geladeira e a questões relacionadas ao uso do tempo no trabalho doméstico, como é o caso da máquina de lavar roupas.

POBREZA FEMININA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Há um notável desfavorecimento da Região Nordeste em relação ao Brasil e suas demais regiões, sobretudo no que diz respeito à pobreza monetária (Rocha, 2003 e 2006; Kageyama e Hoffmann, 2006), por esta razão a análise da pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família nessa seção será centrada nessa Região.

A Tabela 2 mostra o percentual das mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI para o Nordeste no período de 2004 a 2015. No geral, observou-se a tendência de queda no percentual de mulheres privadas em todas as dimensões ao longo do período. No entanto, a privação dessas mulheres na dimensão disponibilidade de recursos pouco variou no período, ou seja, houve uma diminuição da proporção de mulheres privadas de apenas 4,78%.

Tabela 2 - Nordeste: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	11,07	9,77	9,66
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	6,76	4,70	3,88
Atenção e cuidados especiais com idosos	27,26	26,82	28,67
Dependência econômica	3,49	2,86	2,20
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	13,51	12,90	11,90
Analfabetismo	10,23	9,14	7,25
Escolaridade	17,57	17,47	17,50
Qualificação profissional	7,92	6,70	4,44
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	58,92	58,34	53,34
Disponibilidade de trabalho	46,28	44,59	42,52
Qualidade do posto de trabalho	67,25	67,09	56,52
Remuneração	63,23	63,33	60,99
Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos	50,45	51,19	48,04
Extrema pobreza	23,80	21,57	17,47
Pobreza	42,54	40,71	36,91
Capacidade de geração de renda	85,02	91,27	89,73
Dimensão 5 – Uso do Tempo	16,10	15,58	11,26
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	26,87	23,80	15,22
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	15,23	15,81	10,79
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	6,20	7,13	7,77
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	16,49	14,65	11,58
Propriedade	19,88	22,62	20,03
Déficit habitacional	25,24	21,95	14,27
Abrigabilidade	4,61	2,97	2,15
Acesso a abastecimento de água	5,53	7,19	9,85
Acesso à energia elétrica	4,12	1,37	0,30
Acesso a saneamento	18,07	14,94	10,57
Acesso à coleta de lixo	20,26	14,02	14,90
Acesso à internet	27,70	23,55	14,11
Dimensão 7 – Consumo de Bens	51,35	44,13	34,52
Acesso a fogão	1,81	2,26	1,36
Acesso à geladeira	24,47	13,65	3,53
Acesso à máquina de lavar roupas	87,13	81,47	66,07
Acesso a microcomputador	91,97	79,16	67,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

O grau de vulnerabilidade das famílias nordestinas com chefia feminina no que diz respeito ao consumo de bens e ao uso do tempo foram reduzidas em aproximadamente 32,78% e 30,06%, respectivamente, de 2004 para 2015. As dimensões do acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram aquelas nas quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todo o período analisado. Em 2015, aproximadamente 53,34%, 48,04% e 34,52% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em contrapartida, em termos proporcionais, essas mulheres foram menos privadas na dimensão relativa à vulnerabilidade familiar e ao uso de tempo, representando em 2015 aproximadamente 9,66% e 11,26% de privação nessas dimensões, respectivamente.

Na sequência, a Tabela 3 mostra o percentual dos homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI para o Nordeste no período de 2004 a 2015. No geral, observou-se uma tendência de queda na proporção de homens privados na maioria das dimensões ao longo do período, apenas a dimensão disponibilidade de recursos apresentou uma tendência de alta no ano de 2015, mais especificamente a vulnerabilidade do homem arrimo de família nordestino nesse quesito fora elevada em 1,46%. A proporção de homens chefes de família privados nessa dimensão era de aproximadamente 48,78% no ano de 2015.

Tabela 3. Nordeste: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	8,00	7,48	7,78
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	4,43	3,59	2,93
Atenção e cuidados especiais com idosos	18,97	20,17	23,94
Dependência econômica	4,18	2,58	1,31
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	17,80	16,71	14,97
Analfabetismo	16,62	14,26	11,11
Escolaridade	20,42	20,41	19,74
Qualificação profissional	12,31	10,49	8,37
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	62,04	60,34	56,86
Disponibilidade de trabalho	57,82	55,48	51,96
Qualidade do posto de trabalho	71,61	68,49	64,28
Remuneração	56,70	57,04	54,33
Dimensão 4 - Disponibilidade de Recursos	48,08	50,24	48,78
Extrema pobreza	20,68	19,24	15,66
Pobreza	46,04	43,12	36,13
Capacidade de geração de renda	77,51	88,36	94,54
Dimensão 5 – Uso do Tempo	17,09	15,08	10,92
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	42,24	35,84	24,81
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	0,69	1,01	0,80
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,35	8,41	7,15
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	19,59	17,50	13,71
Propriedade	17,93	20,75	18,96
Déficit habitacional	26,24	23,86	14,91
Abrigabilidade	7,38	5,24	2,96
Acesso a abastecimento de água	8,59	10,10	14,39
Acesso à energia elétrica	8,47	3,27	0,55
Acesso a saneamento	22,75	19,00	13,48
Acesso à coleta de lixo	33,29	27,46	25,43
Acesso à internet	27,43	24,05	14,24
Dimensão 7 – Consumo de Bens	54,77	47,06	37,59
Acesso a fogão	2,62	2,84	2,14

Acesso à geladeira	32,48	17,55	5,08
Acesso à máquina de lavar roupas	90,31	85,15	72,12
Acesso a microcomputador	93,69	82,70	71,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Assim como constatado para as mulheres chefes de família da Região Nordeste, a privação para os homens dessa região ainda é intensa no que diz respeito ao acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos. No ano de 2015, o percentual de privação correspondeu a 56,86% e 48,78%, simultaneamente. Por outro lado, observou-se também que as maiores reduções nas privações deles aconteceram no que diz respeito ao uso do tempo, assim como as mulheres, e ao consumo de bens que por sua vez foram reduzidas em aproximadamente 36,10% e 31,37%, respectivamente, de 2004 para 2015. Na sequência, serão analisadas as privações para cada uma das dimensões, componentes e variáveis que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional para a mulher do Nordeste chefe de família.

DIMENSÃO VULNERABILIDADE FAMILIAR

Os resultados da pesquisa demonstraram que houve uma relativa melhora na vulnerabilidade das famílias nordestinas que tinham a mulher como chefe, esse resultado se deveu fundamentalmente à redução de privação nos componentes de atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens e de dependência econômica.

Entretanto, vale salientar que apesar da redução da proporção de famílias nordestinas chefiadas por mulheres privadas nessa dimensão, a vulnerabilidade familiar para as mulheres foi mais intensa quando comparada ao chefe de família nordestino do sexo masculino. Esse desfavorecimento da mulher em relação ao homem é devido principalmente ao componente atenção e cuidados especiais com idosos, o que significa que a família dessa mulher, ou até mesmo ela, tem em sua composição maior presença de idosos, isto é, há presença de indivíduos na faixa etária dos 60 anos ou mais de idade (TABELAS 1 e 2). Essa condição é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar nordestina, entretanto, pode ser atribuída ao aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer. Conforme informações do IBGE (2016), em 2004 a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 71,7 anos, mas em 2015 essa mesma expectativa de vida passou para 75,5 anos. As mulheres tinham expectativa de vida ao nascer em 2004 de 75,5 anos e em 2015 de 79,1 anos.

Já no que diz respeito à expectativa dos homens ao nascer no ano de 2004, era de 67,9 anos e passou a ser de 71,93 anos. No outro extremo, a proporção dessas famílias que contavam com presença de criança, adolescente e jovens também fora reduzida no período. No ano de 2004 aproximadamente 1,37% das famílias do Nordeste que tinham a mulher como arrimo de família eram constituídas por criança ou adolescente. Em 2015, essa proporção passou a ser de 0,68%, o que significa que cerca de 99,32% das famílias nordestinas chefiadas

por mulheres não contavam com a presença de criança ou adolescente. Tal resultado representou uma redução da vulnerabilidade familiar nesse quesito de 50,36% no período analisado. Já quando levado em conta a presença de crianças, adolescentes e jovens também se observa uma diminuição da vulnerabilidade das famílias nordestinas com chefia feminina nesse quesito. No ano de 2004, cerca de 12,16% dessas famílias atendiam a esse perfil, ao passo que em 2015 essa proporção passou a ser de 7,08%.

A redução na proporção de mulheres nordestinas privadas nessa dimensão pode ser, em parte, explicada pela diminuição da taxa de fecundidade total brasileira, segundo o IBGE (2017), o maior decréscimo na taxa fecundidade total entre as cinco Regiões geográficas do Brasil, entre 2004 e 2015, ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste que passaram, respectivamente, de 2,84 e 2,39 filhos por mulher em 2004 para 2,11 e 1,82 filhos por mulher no ano de 2015, respectivamente. Isso representa um decréscimo relativo de 25,70% e 23,85%, concomitantemente, apesar de a taxa de fecundidade dessas Regiões ser ainda superior à taxa de fecundidade nacional. Essa baixa taxa de fecundidade também é explicada por um novo perfil observado na mulher brasileira, cuja participação no mercado laboral tem aumentado cada vez mais. A crescente busca por melhor qualificação educacional e profissional feminina também é um outro fator capaz de explicar a diminuição da fecundidade da mulher brasileira, pois acaba postergando um pouco mais a maternidade.

A dependência econômica faz referência ao fato de a família se encontrar numa situação em que a renda domiciliar seja oriunda de uma pequena parcela dos seus membros, por exemplo, famílias com um número proporcionalmente elevado de crianças ou idosos em relação à quantidade de adultos. Para o cálculo da dependência econômica domiciliar foi considerado o indicador “Menos da metade dos membros da família não se encontrou em idade ativa” (V4). Em 2015, apenas 2,20% atendiam essa condição, ou seja, cerca de 97,80% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres tinham mais da metade de seus membros em idade ativa. Isso representou uma melhoria de 36,96% nesse indicador comparado ao ano de 2004.

Como visto, a taxa de fecundidade no Brasil vem se reduzindo gradativamente ao longo do período, a mesma realidade também pode ser observada para a Região Nordeste. E, uma vez que essas taxas se reduzem, conseqüentemente o número de membros das famílias com idade inferior a dez anos se reduz, ou seja, as famílias são compostas em sua maioria por membros em idade ativa, o que reduz a dependência econômica dessas famílias, pois mais membros podem ingressar no mercado laboral e a renda familiar deixa de ser oriunda de uma pequena parcela dos seus membros.

DIMENSÃO ACESSO AO CONHECIMENTO

A privação de mulheres chefes de família nordestinas no acesso ao conhecimento foi reduzida ao longo do período analisado passando de 13,51% no ano de 2004 para 11,90% em 2015, o que representou uma redução nessa proporção de cerca de 11,92%. Esse resultado se deveu fundamentalmente a redução de privação do componente relativo a qualificação profissional. Analisando o comportamento da privação nessa dimensão entre os gêneros, observa-se que as mulheres são menos privadas nessa dimensão em comparação aos homens (TABELAS 1 e 2).

O componente em que essas mulheres foram mais privadas tanto no ano de 2004 como no ano de 2015 foi o relativo à escolaridade, sendo 17,57% e 17,50% dessas mulheres privadas nesse componente, respectivamente. A proporção de mulheres nordestinas que sofrem privação em todos os três componentes da dimensão acesso ao conhecimento, analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional diminuiu no decorrer do período. Os indicadores do componente analfabetismo apresentaram uma significativa melhora nessa fase.

No ano de 2004, cerca de 11,93% dessas chefes eram analfabetas, que não sabiam ler e escrever, (E1) ao passo que em 2015 a proporção de mulheres nessa condição foi de 7,64%, ou seja, houve uma redução de 35,96% de mulheres privadas nesse quesito. O percentual de mulheres privadas no indicador analfabetas funcionais, ou seja, aquelas com menos de 4 anos de estudo, (E2) também foi reduzido no período, em 2004 cerca de 8,53% dessas mulheres se encontravam nessa condição, já no ano de 2015 aproximadamente 6,85% era analfabeta funcional, redução de 19,69%.

Com relação aos indicadores do componente escolaridade, observou-se que a privação nesse componente pouco reduziu no período. Apenas a privação no indicador E3 (presença de adultos sem fundamental completo) foi reduzida. Em 2015 aproximadamente 20,19% das chefes não tinham ensino fundamental completo. Também se observa o aumento da vulnerabilidade da mulher chefe de família nordestina no que se refere ao indicador E4 (presença de adultos sem ensino médio completo), pois em 2015 aproximadamente 4,12% dessas mulheres ainda não tinham concluído o ensino médio, significando um aumento nessa privação de 52,59% em relação ao ano de 2004. No que diz respeito ao indicador E5 (presença de adultos sem alguma educação superior), no ano de 2015 cerca de 28,18% dessas mulheres não possuíam um mínimo de educação superior, resultando em um aumento de 5,03% na privação dessas mulheres com relação ao ano de 2004.

DIMENSÃO ACESSO AO TRABALHO

No que diz respeito aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho, a vulnerabilidade das mulheres chefes de família do Nordeste foi reduzida ao longo do período, passando de

58,92% no ano de 2004 para 53,34% em 2015, o que significa que no ano de análise mais recente, mais da metade dessas mulheres tinham dificuldade no mercado de trabalho, em relação à ocupação, à qualidade da ocupação e ao rendimento da mesma.

Com relação aos indicadores referentes ao componente disponibilidade de trabalho para a mulher chefe de família do Nordeste, observou-se que em 2004 cerca de 83,40% das famílias têm mais da metade e seus membros em idade ativa ocupados (T1), essa proporção foi de 88,46% no ano de 2015. A reorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, diferentemente da década de 1990, significou uma demanda de trabalho maior e redução da rotatividade no emprego (POCHMAN, 2006). Desse modo, esta pesquisa demonstrou os efeitos favoráveis no Nordeste para a absorção dos trabalhadores e tempo no trabalho. Todavia, no ano de 2004 em 16,60% das famílias chefiadas por mulheres da Região Nordeste menos da metade de seus membros em idade ativa encontrava-se ocupada e, apesar da melhora em 2015, essa proporção ainda representava aproximadamente 11,54%. Mais da metade dessas famílias não contavam com trabalhador com mais de seis meses no trabalho atual, com 75,95% e 73,50%, respectivamente.

No que se refere aos indicadores do componente “qualidade no posto de trabalho”, no ano de 2004, em 61,49% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres não havia ocupado no setor formal e, mesmo com a relativa melhora, no ano de 2015 essa proporção fora de aproximadamente 52,41%, o que sugere um alto percentual de mulheres empregadas na informalidade e sob condições precárias de trabalho. Esse resultado corrobora a visão de Medeiros (2003) sobre a questão da pobreza no Brasil com a noção de que a atual estrutura do mercado de trabalho, com ampla flexibilização do emprego, tem estado na essência da pobreza e da desigualdade de renda no país.

A maioria dessas famílias era formada por pelo menos um trabalhador do setor agrícola, em 2004 essa proporção fora de 73,01% e em 2015 fora de 60,63%. O que é bastante compreensível, uma vez que no que diz respeito à ocupação e produção econômica nas zonas rurais do Brasil, observou-se que quase da metade da população brasileira vive em áreas predominantemente rurais ou intermediárias, cerca de 25,1% e 19,9%, respectivamente (SERRA, 2017). Em termos de uso do solo, as áreas rurais representam 93% do território brasileiro (IBGE, 2016). O setor agrícola, principal atividade das áreas rurais, tem grande importância na economia brasileira. Em 2016, este setor respondeu por aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Houve nesse período recuperação do mercado de trabalho ligada à redução da informalidade no país e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas (POCHMAN, 2006; RAMOS, 2007 & CARDOSO JR, 2007). Contudo, para as famílias chefiadas por mulheres da Região Nordeste, existe ainda uma relativa dependência laboral do setor agrícola, e essa Região mantém o problema da não formalização do trabalho, uma vez que a maioria dessas famílias não possuem pelo menos um ocupado formalizado.

Em 2004, somente 44,07% dessas famílias do Nordeste não contava com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo (T5), essa mesma proporção em 2015 foi de 38,50%, ou seja, reduziu-se em 12,64%. O segundo indicador T6 (presença de ocupado com rendimento inferior a 2 salários mínimos) que forma o componente Remuneração indicou que 82,39% dessas famílias não contavam ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2004 e para o ano de 2015 essa proporção foi de 83,48% dessas famílias. Assim, também se observou uma piora nesse indicador em menos 1,32%, o que demonstra que o rendimento do trabalho ainda é um obstáculo para as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres.

Em razão da discriminação salarial por gênero, as famílias predominantemente suportadas por mulheres tendam a ter uma maior propensão a ser pobres do que aqueles predominantemente suportados por homens (BARROS; FOX; MENDONÇA, 1994). De fato, no Nordeste as mulheres sofrem menos privação no acesso ao trabalho em relação ao homem, mas com relação à remuneração a mulher arrimo de família é mais privada quando comparada ao homem nessa mesma condição.

Muitas vezes a mulher chefe de família, que tem que realizar várias atividades simultaneamente (emprego, afazeres domésticos, cuidado das crianças, cuidado com idosos, etc.), se depara com maiores dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho formal, o qual exige participação integral de seus membros. Diante dessa realidade, a participação da mulher chefe de família se dá, com maior frequência, nos trabalhos informais, instáveis, de menor qualificação e com as remunerações mais baixas do mercado, que estão longe de garantir condições de vida satisfatórias e o desenvolvimento futuro de sua família (PACHECO, 2005).

DIMENSÃO DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

A quarta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere às famílias nordestinas chefiadas por mulheres que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza ou de indigência, da linha de pobreza e daquelas nos quais a maior parte da renda domiciliar é oriunda de transferências de renda.

As linhas de extrema pobreza utilizadas para nessa dimensão nos anos de 2004 e 2015 foram de R\$ 65,00 e R\$ 197,00, respectivamente e corresponderam a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no ano vigente. Ao passo que as linhas de pobreza foram de R\$ 130,00 e R\$ 394,00 para os anos de 2004 e 2015, correspondendo a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo em cada ano analisado.

No ano de 2004, cerca de 23,80% dessas famílias possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza (R1); essa proporção em 2015 fora de 17,47%, ou seja,

uma redução de 26,60% nessa vulnerabilidade. Resultado semelhante ocorreu para o indicador das famílias com renda inferior a linha de pobreza (R2), sendo 42,54% dessas famílias em 2004 com renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza e 36,91% em 2015, o que representou uma redução nessa privação de cerca de 13,23%.

O indicador que mede a parcela da renda familiar que advém de transferências, mostra que o grau de dependência dessas mulheres aumentou ao longo do período, em que aproximadamente 85,02% da renda familiar analisada para a amostra da região Nordeste era originada de transferências no ano de 2004 e de 89,73%, no ano de 2015, o que, por sua vez, se configurou em um aumento da vulnerabilidade dessas famílias nesse indicador em aproximadamente de 5,54%.

Os resultados obtidos pelos indicadores da dimensão disponibilidade de recursos revelam que os indicadores mais relevantes para a diminuição da vulnerabilidade da mulher nordestina nesse quesito foram a redução da extrema pobreza e da pobreza. Vale destacar que os programas sociais de transferências de renda condicionadas mantiveram importante participação para o incremento de grau de desenvolvimento das famílias do Nordeste, porém, ao seu lado, outras fontes de renda das famílias ganharam mais espaço, especialmente associadas às aposentadorias e pensões (FERREIRA, SOUZA, 2011; HOFFMANN, 2006). Ainda que tenha havido melhora nos índices dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos, esse resultado revela que a proporção de famílias pobres e extremamente pobres ainda é um grave problema na região Nordeste, sobretudo quando essas famílias são chefiadas por mulheres.

USO DO TEMPO

Com relação à dimensão uso do tempo, no Nordeste, a proporção de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzida ao longo do período analisado, passando de uma proporção de 16,10% chefes de família privadas nessa dimensão no ano de 2004 para 11,26% em 2015, redução de aproximadamente 30,06%. O indicador em que essas mulheres são mais vulneráveis diz respeito à presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal. Em 2004 aproximadamente 26,87% dessas mulheres eram privadas nesse quesito; no ano de 2015 a proporção de mulheres privadas nesse indicador se reduz para 15,22%, mas ainda é o que mais contribui com a vulnerabilidade da mulher nessa dimensão.

Para essas mulheres, dos três componentes que compõem essa dimensão, apenas o que corresponde ao tempo gasto de percurso diário de ida da residência ao local de trabalho teve piora. No ano de 2004 aproximadamente 6,20% dessas mulheres gastavam mais de uma hora no percurso diário de ida ao local de trabalho, em 2015 essa proporção passou para 7,77% dessas, piora de cerca de 25,32% nesse componente para essas mulheres. Esse resultado pode

ser explicado pelo fato de, dado a saturação do mercado de trabalho nos grandes centros urbanos, essas mulheres estão procurando colocação laboral em lugares cada vez mais distantes desses centros.

Com relação ao homem chefe de família nessa Região, a vulnerabilidade das mulheres nordestinas no uso de tempo é menor. Pois, eles costumam dedicar muito mais do que 44 horas semanais ao trabalho, principalmente em comparação com as mulheres. Tal resultado é favorável às mulheres do ponto de vista do uso do tempo, todavia esse fato se torna desfavorável na medida em que essas mulheres se mostraram mais privadas do que os homens na dimensão de acesso ao trabalho. Isto também pode indicar que há uma tendência dessas mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, estarem optando por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário. Em contrapartida, as mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico. Em 2004 a proporção de mulheres nordestinas que dedicavam mais de 44 horas semanais a esse tipo de trabalho correspondia a 15,23%, enquanto os homens representavam apenas 0,69%. No ano de 2015 essas proporções representaram 10,79% e 0,80%, respectivamente para essas mulheres e homens.

Esses resultados indicam que, ao considerar o trabalho doméstico não remunerado que essas mulheres realizam em seus lares, a jornada de trabalho da mulher chefe de família do Nordeste é maior do que a do homem chefe de família dessa Região. E apesar da inserção crescente dessas mulheres no mercado laboral, isso não significa que tenha tido um aumento paralelo da inserção masculina nas atividades domésticas. Isso revela, no entanto, que as mulheres dessa Região enfrentam jornada de trabalho dupla, isto é, além da função exercida no trabalho, têm ainda que realizar as tarefas domésticas.

Conforme Gimenez (1999), a própria feminização da pobreza pode ser entendida como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio. Como resultado, elas acabam lidando com maiores restrições em termos de tempo e mobilidade, e essa realidade faz com que passem a dedicar um menor número de horas a empregos remunerados ou a treinamento/qualificação e educação.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS

A sexta dimensão foram as condições habitacionais dos domicílios das chefes de família. Por ter uma estreita relação com as condições de saúde, mensuradas, principalmente, pelos indicadores dos componentes acesso a saneamento e acesso à coleta de lixo, essa dimensão pode ser considerada uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família. No Nordeste, a proporção de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzida de uma

proporção de 16,49% no ano de 2004 para 11,58% em 2015, redução nessa vulnerabilidade de aproximadamente 29,78%.

A maioria dos componentes das condições habitacionais, com exceção dos relativos à propriedade e ao acesso a abastecimento de água, contribuíram positivamente para a redução do percentual de mulheres nordestinas chefes de família privadas nessa dimensão. Todavia, os componentes que tiveram maior impacto na redução nesse percentual foram os relativos ao acesso à energia elétrica, em que a privação nesse componente por parte dessas mulheres fora reduzida em 92,72% no período e o de abrigabilidade cujo o percentual de mulheres privadas fora reduzida em 53,36%.

Já os componentes em que essas mulheres foram mais privadas foram os relativos à propriedade do domicílio, cujo resultado mostrou que no ano de 2015 cerca de 20,03% das chefes de famílias do Nordeste não eram donas dos domicílios em que moravam. A vulnerabilidade habitacional dessas mulheres aumentou em 0,75% no período, e o componente de acesso a abastecimento de água. Nesse quesito cerca de 5,53% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres não tinham acesso adequado em seus domicílios no ano de em 2004, em 2015 esse percentual correspondeu a 9,85% dessas famílias que não contavam com acesso adequado à água, ou seja, um aumento dessa privação de 78,12% no período.

O indicador H1 (domicílio não era próprio) revelou que 24,31% das chefes de famílias do Nordeste não tinham a propriedade de seus domicílios no ano de 2004. Essa proporção caiu para 23,39% no ano de 2015. O indicador H2 (domicílio não era próprio ou cedido) mostrou que 15,45% dessas chefes no ano de 2004 não possuíam domicílio próprio ou cedido. A proporção de mulheres privadas nesse indicador fora de 16,67% em 2015, assim, no período analisado a proporção de mulheres privadas nesse indicador aumentou em cerca de 7,90%.

Também se observou o aumento na privação do acesso ao abastecimento de água (H5) por parte das mulheres chefes de família do Nordeste. No ano de 2004 cerca de 5,53% dessas mulheres eram privadas nesse indicador e em 2015 o percentual de privação dessas mulheres passa a ser de 9,85%, isto é, houve um aumento no percentual de privação dessas chefes de família nesse indicador de 78,12%. Tal resultado é em parte explicado por fatores edafoclimáticos conhecidos da região Nordeste como o fenômeno da seca. Conforme a Agência Nacional das Águas (ANA), no ano de 2017 o Nordeste completava o seu sétimo ano consecutivo de estiagem, com um terço (33,65%) de seu território no grau mais elevado, nível 4, da seca.

Com relação à exclusividade no uso do banheiro do domicílio (H9), apenas 1,77% dessas mulheres não tinham a exclusividade do uso do banheiro em seus domicílios no ano de 2004, em 2015 esse percentual caiu para 0,25%. Em questão de acesso a saneamento básico, houve uma significativa redução na vulnerabilidade das mulheres arrimo de família do Nordeste nesse componente. No ano de 2004 cerca de 18,07% dessas mulheres não tinham acesso ao

saneamento básico em seus domicílios. Já em 2015 o percentual de privação nesse componente cai para 10,57%. Ao longo do período, representou uma redução de privação nessa dimensão de 41,50%.

O indicador H7 (esgotamento sanitário inadequado) revelou que no ano de 2004 aproximadamente 40,84% dessas mulheres não tinham acesso a esgotamento sanitário adequado em seus domicílios, em 2015 essa proporção fora de 27,71%, o que denota uma redução de 32,15% na vulnerabilidade dessas chefes de família nesse indicador. O indicador H8 (ausência de banheiro no domicílio ou na propriedade) mostrou quem em 2004 a proporção de mulheres que não possuíam banheiro em seus domicílios ou dentro de suas propriedades era de 11,59%, em 2015 essa proporção fora de 3,76%.

CONSUMO DE BENS

A sétima, e última dimensão, do MPI faz referência ao consumo de bens, como fogão, geladeira, máquina de lavar roupas e microcomputador, pelas famílias nordestinas chefiadas por mulheres nos anos analisados, 2004 e 2015. O percentual de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzido ao longo do período analisado. Em 2004, mais da metade (51,35%) das chefes de família nordestinas eram privadas nessa dimensão, mas em 2015 a proporção caiu para 34,52%.

No Nordeste, o consumo de bens pelas famílias chefiadas por mulheres é melhor em relação aquelas famílias que são chefiadas por homens. Ou seja, essas mulheres são capazes de garantir melhores condições de vida aos integrantes de sua família no que diz respeito ao consumo de bens duráveis e de tecnologia (microcomputador).

O indicador C1 (o domicílio não possui fogão) do componente acesso a fogão revelou que em 2004 cerca de 1,81% dessas chefes não tinham em suas residências a posse do fogão, ao passo que no ano de 2015 essa proporção fora de 1,36%. Com relação à privação no consumo de geladeira (C2) por essas mulheres, no período fora reduzida em 85,57%. No ano de 2004, 24,47% das famílias nordestinas com chefes do sexo feminino não possuíam geladeira em seus domicílios, ao passo que em 2015 esse percentual foi de 3,53%.

A posse da máquina de lavar roupas (C3) por parte dessas mulheres é ainda bastante limitada, visto que mais da metade dessas mulheres em ambos os anos, 2004 (87,13%) e 2015 (66,07%), não tinham geladeiras em seus domicílios. A posse desse bem tem íntima relação com o tempo gasto no trabalho doméstico, e a falta dele significa que indiretamente essas mulheres também têm sua vulnerabilidade no uso do tempo intensificada. Também se observa que em 2004 cerca de 91,97% das mulheres nordestinas foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador (C4). Ao passo que no ano de 2015, neste mesmo

indicador, a posse desse bem por parte dessas mulheres aumentou, isto é, a privação nesse indicador passou a ser de 67,12%. Um resultado importante, visto que o acesso a esse bem possui um papel essencial no acesso ao conhecimento.

As privações nas condições básicas da existência, como a abastecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo, assim como as privações no acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos observadas para as mulheres chefes de família da região Nordeste, são frutos do subdesenvolvimento regional e local dessa região e da limitação financeira observada para essas famílias. Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a superação desses problemas oriundos do subdesenvolvimento se dá por meio de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos, e através de melhorias no nível educacional da região e nas condições de acesso ao mercado de trabalho.

Assim, é importante enfatizar que trabalho e renda na Região Nordeste, principalmente no que se refere as mulheres chefes de família dessa região, são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no percentual de privação dessas dimensões em relação aos chefes de família do país e ao homem dessa Região se mostrou bastante significativa.

Do mesmo modo que é essencial assegurar que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam, também é de suma importância conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. O uso da capacidade produtiva dos indivíduos se concretiza na oportunidade de acesso ao trabalho que venham a ter. De fato, a promoção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos é um direito previsto constitucionalmente, mais especificamente no Art. 6º inciso XX da Constituição Federal de 1988.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO NORDESTE (2004 E 2015)

No que se refere aos resultados da incidência da pobreza (H), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$, observou-se que no ano de 2004 o percentual de chefes de família pobres no Nordeste era de 76,81%, ou seja, apenas 23,19% desses chefes era não-privada em nenhum dos 37 indicadores ou variáveis contempladas no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional. No ano de 2015 o percentual de chefes de família pobres foi de 59,78%, significando uma redução de 22,17% em relação ao ano de 2004. Já em 2004, quando o chefe de família nessa Região era do sexo feminino, cerca de 68,82% desses eram privados em no mínimo 12 indicadores ($k=12$), em 2015 esse percentual fora de 53,44%.

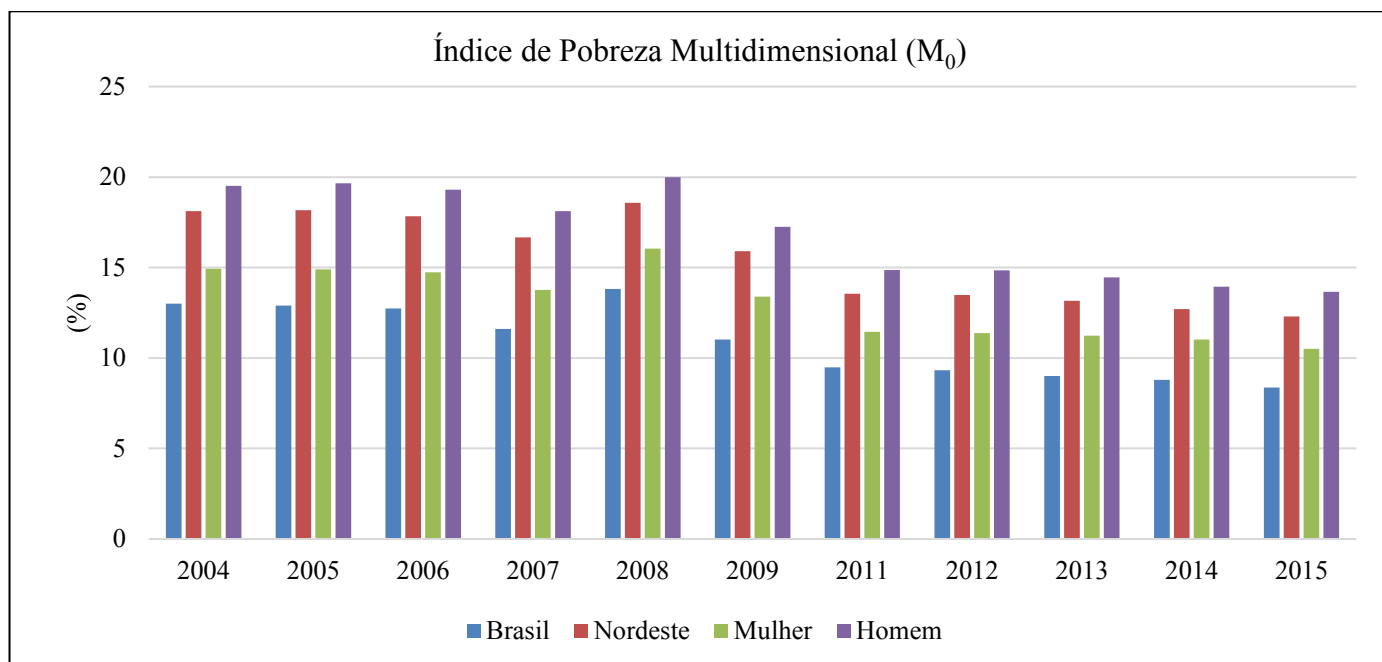
No tocante a intensidade de pobreza ou pobreza média (A), no que diz respeito a pobreza média (A), no ano de 2004 as mulheres chefes de família da Região Nordeste consideradas pobres em $k=12$ apresentaram em média privações de 21,70% do total de

indicadores considerados, o que correspondeu a 8 (8,03) dos 37 indicadores. Em 2015, essa proporção representou 19,66% dessas mulheres, ou seja, esse grupo apresentou em média privações em aproximadamente 7 (7,27) dos 37 indicadores. Assim, a pobreza média das mulheres chefes de família do Nordeste no período em questão fora reduzida em aproximadamente 9,40%. Ainda com relação à pobreza média (A), constatou-se que os homens chefes de família do Nordeste, no ano de 2004, quando $k=12$, apresentaram em média privações de 24,29% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 9 (8,99) dos 37 indicadores.

Os resultados apresentados pela pobreza média ou intensidade da pobreza (A) indicam um processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, visto que o ritmo de redução da pobreza para as mulheres fora menor em relação ao observado para os homens do Nordeste. Ferreira e Marin (2016) também evidenciaram maior concentração de pobreza média para a mulher do Nordeste. Esses resultados também são corroborados com as definições de feminização da pobreza apresentados em Bravo (1998), Melo (2005) e Costa et al. (2005), os quais consideram a existência de tal fenômeno quando há aumento nos diferenciais de incidência ou intensidade da pobreza entre mulheres e homens.

No caso da incidência da pobreza ajustada (M_0) para os chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$, o valor máximo a ser considerado foi 1 (em que toda a população analisada é pobre) e zero (quando não há qualquer traço de pobreza nessa população). Os resultados demonstraram que em 2004, cerca de 14,94% das mulheres eram multidimensionalmente pobres; no ano de 2015 o percentual de mulheres nessa condição passou a ser de 10,51%. Em 2008, o percentual de mulheres chefes de família multidimensionalmente pobres atingiu o seu máximo, cerca de 16,05% dessas mulheres encontravam-se nessa condição (FIGURA 1).

Figura 1 – Pobreza multidimensional (M_0) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Apesar dos resultados, no que diz respeito à incidência de pobreza, pobreza média e do MPI que foram apresentados pelas mulheres arrimo de família do Nordeste terem sido melhores do que os resultados revelados para os homens chefes de família dessa Região. Mesmo assim, é possível afirmar que, através do uso da abordagem multidimensional da pobreza, visto que a pobreza nessa Região diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres, assim a pobreza multidimensional das mulheres chefes de família do Nordeste mensurada pelo MPI fora menos reduzida (-29,65%) em relação à pobreza multidimensional dos homens arrimo de família (-29,98%) dessa região no período analisado.

Deste modo o resultado remete para a feminização da pobreza considerada em Costa et. al. (2008) a qual a entende sob o prisma relativo, quando há, no período, um distanciamento dos indicadores para homens e mulheres, ou seja, se as mulheres piorarem de situação em comparação aos homens. E ratifica inferir quanto à feminização da pobreza no Nordeste, evidenciando as desigualdades de gênero e a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza dessa Região e que no Brasil a localização geográfica, assim como o sexo do indivíduo, são fatores determinantes para a pobreza e para o aumento da vulnerabilidade.

Tais efeitos reforçam ainda mais a importância de se tentar compreender e analisar a pobreza sob um ponto de vista multidimensional, sobretudo quando se analisa a pobreza via uma perspectiva de gênero, pois, conforme Oliveira (2014), apesar de se entender que os recursos monetários são importantes para a redução da pobreza, eles por si só, não são capazes de garantir aos indivíduos a liberdade de atender as suas necessidades básicas e provê-los dos meios que os tornem capazes de satisfazê-las.

CONCLUSÕES

O objetivo desse texto consistiu em analisar o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste no período 2004-2015, por meio de uma abordagem multidimensional. Utilizou-se como procedimento metodológico a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI).

Os resultados da pesquisa demonstraram que, no que diz respeito à incidência de pobreza (H), pobreza média (A) e do MPI (M₀) que foram apresentados pelas mulheres da Região foram melhores do que os resultados revelados para os homens. Dessa forma, foi possível atender às expectativas iniciais da presente pesquisa, e afirmar que, através da abordagem multidimensional da pobreza as mulheres do Nordeste que são arrimo de suas famílias são multidimensionalmente mais pobres do que os homens. Dado que a pobreza nessa Região diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres. Assim, a pobreza multidimensional das mulheres nordestinas fora reduzida em 29,65%, ao passo que a pobreza multidimensional dos homens arrimo de família foi reduzida em 29,98% no período analisado.

Observou-se que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões do acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram os fatores nos quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. No ano de 2015, aproximadamente 53,34%, 48,04% e 34,52% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em compensação, em termos proporcionais, as mulheres foram menos vulneráveis na dimensão relativa à vulnerabilidade familiar, representando em 2015 aproximadamente 9,66% de privação nessa dimensão.

Em comparação aos homens chefes de família da Região Nordeste, as mulheres foram mais privadas nas dimensões referentes à vulnerabilidade familiar, na disponibilidade de recursos até o ano de 2011, e a partir do ano de 2009 no uso do tempo. Quanto aos indicadores em que as mulheres foram mais vulneráveis em cada uma das sete dimensões quem compõem o MPI, constatou-se que, na dimensão referente à vulnerabilidade familiar, o indicador dessa dimensão em que essas chefes de família foram mais privadas tanto no ano de 2004 como no ano de 2015 foi a presença de idosos na família, consistindo em 27,26% e 28,67%, respectivamente.

No acesso ao conhecimento, essas mulheres apresentaram maior vulnerabilidade no indicador que mede a presença de adultos sem alguma educação superior. A proporção de mulheres privadas nesse quesito correspondeu a 26,83% no ano de 2004 e a 28,18% em 2015, o que consistiu um aumento de 5,03% na privação dessas mulheres em comparação ao ano de 2004.

Na dimensão acesso ao trabalho, ficou evidente que o rendimento do trabalho ainda é um obstáculo para as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres, pois o indicador dessa dimensão mostra que as mulheres são mais vulneráveis foi o relativo a presença de pessoa ocupada com rendimento inferior a 2 salários mínimos, que indicou que cerca de 82,39% dessas famílias não contavam ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2004. Em 2015 essa proporção foi de 83,48% dessas famílias.

No tocante à dimensão que mede a disponibilidade de recursos, essas mulheres foram mais privadas no indicador que mede a parcela da renda familiar que advém de transferências, revelando que o grau de dependência dessas mulheres aumentou ao longo do período, em que aproximadamente 85,02% da renda familiar analisadas para a amostra da região Nordeste era originada de transferências no ano de 2004 e de 89,73%, no ano de 2015.

Na dimensão referente ao uso do tempo, o indicador no qual as mulheres se mostraram mais vulneráveis foi o da presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal. Em 2004, aproximadamente 26,87% das mulheres nordestinas eram privadas nesse quesito. No ano de 2015, a proporção de mulheres privadas nesse indicador se reduziu para 15,22%, mas ainda é o que mais contribuiu com a vulnerabilidade da mulher nessa dimensão.

No que se refere à dimensão das condições habitacionais dos domicílios dessas mulheres, elas apresentaram maior vulnerabilidade no indicador esgotamento sanitário inadequado. No ano de 2004 aproximadamente 40,84% dessas mulheres não contavam com acesso a esgotamento sanitário adequado, em 2015 a privação nesse indicador fora reduzida para 27,71%.

As famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres são multidimensionalmente mais pobres em relação às famílias sob chefia masculina dessa Região. No Nordeste, a feminização da pobreza não tem apenas a renda como determinante, como preconiza as teorias convencionais, pois o trabalho e a renda apresentaram as maiores vulnerabilidades para as mulheres do Nordeste, ou seja, são essas as dimensões que mais contribuem para a inserção da mulher em uma condição de pobreza e o que conseqüentemente alimenta o círculo vicioso da pobreza da mulher nordestina. Assim, as políticas públicas de combate à pobreza, com foco meramente na renda, não são suficientes para combatê-la e, em muitos casos apenas minimiza tal problema, pois, quando se utiliza apenas o enfoque unidimensional, tende a subestimar a pobreza e o número de pobres.

Por fim, para o aprofundamento da discussão sobre o processo de feminização da pobreza sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de uma abordagem desse processo que leve em consideração as divergências espaciais no que diz respeito ao urbano/rural da Região Nordeste do Brasil. A principal limitação constatada na presente pesquisa, mas que não invalida os resultados encontrados, foi o fato de considerar os chefes de família independentemente se esses viviam ou não com o cônjuge ou companheiro. Dessa forma, indica-se ainda, como investigação futura, a análise do processo de feminização da pobreza que leve em consideração a figura do cônjuge - sua presença ou ausência - no ambiente familiar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA).

AGUILAR, P. L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katál**, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.

ALKIRE, S.; APABLAZA, M.; & JUNG, E. Multidimensional poverty measurement for EU-SILC countries. **OPHI Research in Progress**, v. 3, n. 66, 2014.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, n. 95, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 38, 2010.

ANAND, P.; HUNTER, G.; SMITH, R. Capabilities and well-being: evidence based on the Sen-Nussbaum approach to welfare. **Social Indicators Research**, v. 74, n. 1, p. 9-55, jan. 2005.

ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la CEPAL**, n. 85, p. 101-113, 2005.

ASSELIN, L. M. **Analysis of multidimensional poverty**: theory and case studies. Springer/IDRC, 2009.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.; P. Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 34, **Anais...** Salvador, 2006.

BARROS, F. F. R. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012**. 39 f. Dissertação (Mestrado profissional em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 800. Rio de Janeiro: IPEA. 24 p. 2001.

BARROS, R. P. de; FOX, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: LAVINAS, L. (Org). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA, POBREZA E TRABALHO, 2., 1994, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BIANCHI, S. M. Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 307-333, 1999.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURGUINON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**, n. 1, p. 25-49. 2003.

BRAVO, R. **Pobreza y desigualdad de género**: una propuesta para el diseño de indicadores. CEPAL. Servicio Nacional de la Mujer, Santiago de Chile, 1998.

BRIDGE. Briefing paper on the feminization of poverty. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 2001 (Bridge Report, n. 59).

BUDIG, M.; ENGLAND, P. The Wage Penalty for Motherhood. **American Sociological Review**, n. 66, p. 204-225, 2001.

CAGATAY, N. Gender and poverty. **SDPED Working Paper Series – WP5**. United Nations Development Programme, 1998.

CARDOSO Jr, C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA. 2007.

CLERT, C. De la vulnerabilidad a la exclusión: género y conceptos de desventaja social In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (Orgs.). **Género y pobreza**. Santiago de Chile: Nuevas Dimensiones, Ediciones de las Mujeres, 1998.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão**, n. 1332, Brasília: IPEA, 2008.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 467-490. 2002.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n 1137. Brasília: IPEA, 2005.

CRUCES, G.; GALIANI, S. **Generalizing the causal effect of fertility on female labor supply**. Ann Arbor: University of Michigan Business School; Willian Davidson Institute, 2003 (Working Paper, 625).

DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Economic studies in inequality social exclusion and well-being. In: DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. **Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad**. [S.l.]: Springer e International Development Research Centre, v. 2. Cap. 1, p. 3-18. 2006.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, v. 12 (1), n. 360, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FERREIRA, T. R. S.; MARIN, S. R. Pobreza multidimensional feminina: uma aplicação do método de alkire foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1(49), p. 174-192, mar. 2016.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar per capita na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras**: 1981 a 2009. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9, 2011, Natal. **Anais...ENABER**, 2011.

GIMENEZ, M. The feminization of poverty: myth or reality. **Critical Sociology**, v. 25, n.2/3, p. 336-351, 1999.

GODOY, L. Entender la pobreza desde la perspectiva de género. **Serie Mujer y Desarrollo**, n. 52. Santiago de Chile, 2004.

HELFAND, S.M.; MOREIRA, A.R.B.; FIGUEIREDO, A.M.R. Explicando as diferenças de pobreza entre produtores agrícolas no Brasil: simulações contrafactuais com o censo agropecuário 1995-96. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2., 2011.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**. University of Oxford, n. 107, mai. 2003.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para Discussão**, n. 223, 15 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. What do we mean by “Feminization of Poverty?”. **One Pager**, n. 58. Brasília: International Poverty Centre, jul. 2008.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 323-350, 2003.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. *Unidad Mujer y Desarrollo*. **Projeto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero**. CEPAL. Santiago, 2005.

NEDER, H. D. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, **Anais...**, Rio Branco, 2008.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, v. 1, 2004.

OLIVEIRA, N. S. M. N. **Pobreza no Nordeste do Brasil**: um estudo multidimensional. 2014, 84 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 253 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

PAZELLO, E. A maternidade afeta o engajamento da mulher no Mercado de trabalho?: Um estudo utilizando o nascimento de Gêmeos como um experimento natural. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.507-538, jul-set., 2006.

PAZELLO, E.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. João Pessoa: ANPEC, 2004. **Anais...**

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, Washington, v. 11, p. 28-36, 1978.

PEREIRINHA, J. A. (Org.). **Gênero e Pobreza**: impacto e determinantes da pobreza no feminino, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias Estratégicas**, CGEE, n. 22, jun. 2006.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007.

RAVALLION, M. Poverty lindes in theory and practice. The World Bank. Standards Measurement Survey (LMMS). **Working Paper**, n. 133, Washington, DC, 1998.

_____. Poverty comparisons: a guide to concepts and methods. The World Bank. Standards Measurement Survey (LMMS) **Working Paper**, n. 88. Washington, DC, 1992.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: a evolução de longo prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2013.

_____. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, 1983.

_____. Equality of what? In: MCMURRIN, S. (ed.). **Tanner Lectures on Human Values**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. 2017, 161 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

SHADPOUR, B. **The facts about women and poverty**. Canadian Women's Foudation, 2013.

SOUZA, L.; RIOS-NETO, E.; QUEIROZ, B. The relationship between childbirth and women's labor in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2011.

VENEROSO, C. **O efeito do número de filhos no rendimento das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho**. 65f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

WRATTEN, E. Conceptualizing urban poverty. **Environment and Urbanization**, v. 7, n. 1, p. 11-36, abr. 1995.